

Edição v. 43  
número 3 / 2024

Contracampo e-ISSN 2238-2577  
Niterói (RJ), 43 (3)  
set/2024-dez/2024

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

## TEMÁTICA LIVRE

Jair Bolsonaro e as Mulheres na Eleição Presidencial de 2022: uma análise da cobertura da imprensa sob a perspectiva do jornalismo cão de guarda

Jair Bolsonaro and Women in the 2022 Presidential Election: an analysis of media coverage from the watchdog journalism perspective

### WANIA CALDAS

Universidade Federal do Ceará (UFC) – Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.  
E-mail: waniacaldas@gmail.com  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0769-3810>

### DIÓGENES LYCARIÃO

Universidade Federal do Ceará (UFC) – Fortaleza, Ceará, Brasil.  
E-mail: dramarc@gmail.com  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8924-7442>

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

CALDAS, Wania; LYCARIÃO, Diógenes. Jair Bolsonaro e as Mulheres na Eleição Presidencial de 2022: uma análise da cobertura da imprensa sob a perspectiva do jornalismo cão de guarda. **Contracampo**, Niterói, v. 43, n. 3, set./dez. 2024.

**Submissão em: 27/06/2024. Revisor A: 25/09/2024; Revisor B: 06/11/2024. Aceite em: 23/11/2024.**

DOI – <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v43i3.63459>

## Resumo

Este artigo tem o objetivo de analisar a cobertura jornalística que trata da relação entre Jair Bolsonaro e as mulheres nas eleições de 2022. Foi analisado o conteúdo de matérias de três portais de notícias: Folha de S. Paulo (n=62), G1 (n=37) e R7 (n=22) à luz da função de cão de guarda do jornalismo. Os resultados apontam que enquanto o R7 apresentou uma vigilância tímida, com baixo número de matérias e ausência de contrapontos, muitas vezes favorecendo Bolsonaro, G1 e FSP, em contraste, mostraram um pronunciado jornalismo de cão de guarda de tipo distanciado, no qual as críticas e questionamentos se apresentam, predominantemente, a partir das fontes. O estudo destaca a importância de se levar em conta o contexto político e as mudanças no mercado jornalístico para uma compreensão mais precisa da relação entre imprensa e poder no Brasil.

### Palavras-chaves

Jornalismo cão de guarda; Eleições; Mulheres; Análise de conteúdo; Bolsonarismo.

## Abstract

This article aims to analyze the journalistic coverage of the relationship between Jair Bolsonaro and women during the 2022 elections. The content of articles from three news portals was examined: Folha de S. Paulo (n = 62), G1 (n = 37), and R7 (n = 22), in light of the watchdog function of journalism. The results indicate that while R7 demonstrated timid vigilance, with a low number of articles and a lack of counterpoints, often favoring Bolsonaro, G1 and Folha de S. Paulo, in contrast, exhibited pronounced detached watchdog journalism, where criticisms and questions predominantly arise from sources. The study highlights the importance of considering the political context and changes in the journalistic market to gain a more accurate understanding of the relationship between the press and power in Brazil.

### Keywords

Watchdog journalism; Elections; Women; Content Analysis; Bolsonarism.

## Introdução

“As mulheres estão praticamente integradas à sociedade”. A declaração é do ex-presidente Jair Bolsonaro e ocupou as manchetes dos portais de notícias no dia 08 de março de 2022, Dia Internacional da Mulher.<sup>1</sup> Dois meses antes, em 20 de dezembro de 2021, o noticiário político cobriu as férias do então presidente no litoral de Santa Catarina e repercutiu um vídeo que mostra Bolsonaro cantando um funk que compara mulheres de esquerda a cadelas.<sup>2</sup> Nos quatro anos de governo, as ofensas às mulheres jornalistas também foram frequentes. Em uma delas, em 2020, o presidente fez uma insinuação sexual sobre a atuação profissional da jornalista Patrícia Campos Mello, da Folha de S. Paulo, o que lhe rendeu uma condenação por danos morais.<sup>3</sup>

Esses episódios, somados a inúmeros outros em sua trajetória como parlamentar, ajudam a ilustrar o histórico de ataques e atitudes machistas e misóginas do presidente Jair Bolsonaro e a repercussão na grande imprensa. É fundamental lembrar que, na eleição de 2018, as pesquisas Datafolha do primeiro turno mostraram a rejeição do eleitorado feminino, mas, apesar dos dados, a campanha de Bolsonaro seguiu na linha das declarações polêmicas e discriminatórias. A 20 dias do primeiro turno, em 17 de setembro, o candidato a vice-presidente na chapa de Bolsonaro, Hamilton Mourão, declarou que uma casa só com mãe e avó seria uma “fábrica de desajustados”<sup>4</sup>, reforçando a retórica machista de Bolsonaro que, no ano anterior, disse que deu uma “fraquejada” quando teve uma filha<sup>5</sup>.

As mulheres reagiram com movimentos anti-Bolsonaro,<sup>6</sup> que confluíram para o #EleNão, que reuniu milhões de mulheres em várias cidades do Brasil e do mundo. Segundo Bittencourt (2020, p. 170), a mobilização das mulheres “fortaleceu-se e organizou manifestações nas ruas contra o candidato, diante das recorrentes declarações machistas e misóginas”. Nicolau (2020) destaca que o movimento, realizado no dia 29 de setembro de 2018, foi criado pelo grupo do Facebook Mulheres Unidas Contra Bolsonaro e ressalta que, pela primeira vez desde a redemocratização, pessoas foram às ruas em uma campanha eleitoral para protestar contra um adversário e não em apoio a um candidato.

Já na presidência, por exemplo, Jair Bolsonaro disse, em uma live, que tinha dúvidas sobre sancionar ou vetar o projeto que punia empresas em caso de discriminação salarial porque poderia tornar o emprego para as mulheres “quase impossível”<sup>7</sup>. Já no caso da distribuição gratuita de absorventes para mulheres de baixa renda, não houve dúvidas e o ex-presidente vetou o projeto em outubro de 2021.<sup>8</sup> No

---

1 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/03/depois-de-vetar-bolsonaro-agora-edita-decreto-para-distribuicao-gratuita-de-absorventes.shtml>. Acesso em 27 jun. 2024.

2 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hSLPamd6Gfs>. Acesso em 27 jun. 2024.

3 Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/06/29/justica-de-sp-mantem-condenacao-de-bolsonaro-por-danos-morais-a-jornalista-patricia-campos-mello.ghtml>. Acesso em 27 jun. 2024.

4 GIELOW, I. Casa só com 'mãe e avó' é 'fábrica de desajustados' para tráfico, diz Mourão. Folha de S. Paulo, São Paulo, 17 set. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/casa-so-com-mae-e-avo-e-fabrica-de-desajustados-para-trafico-diz-mourao.shtml>. Acesso em 21 ago. 2021.

5 GREGO, M. Piada de Bolsonaro sobre sua filha gera revolta nas redes sociais. Exame, São Paulo, 06 abr. 2017. Disponível em: <https://exame.com/brasil/piada-de-bolsonaro-sobre-sua-filha-gera-revolta-nas-redes-sociais/>. Acesso em 22 ago. 2021.

6 OLIVEIRA, J. Um milhão de mulheres contra Bolsonaro: a rejeição toma forma nas redes. El País Brasil. 12 set. 2018. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/12/actualidad/1536768048\\_321164.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/12/actualidad/1536768048_321164.html). Acesso em mar. 2023.

7 Bolsonaro diz que multa para discriminação salarial pode tornar emprego para mulheres 'quase impossível'. Folha de S. Paulo. 22 abr. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/04/bolsonaro-diz-que-multa-para-discriminacao-salarial-pode-tornar-emprego-para-mulheres-quase-impossivel.shtml?origin=folha>. Acesso em 11 abr. 2023.

8 Bolsonaro veta distribuição gratuita de absorvente a mulheres de baixa renda. Folha de S. Paulo. 7 out. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/10/bolsonaro-veta->

mês seguinte, em conversa com apoiadores, questionou se as mulheres teriam começado a menstruar no governo dele.<sup>9</sup> Em 08 de março de 2022, Dia Internacional da Mulher do ano eleitoral em que concorreu à reeleição, Bolsonaro voltou atrás e anunciou a distribuição de absorventes.<sup>10</sup>

Diante disso, esta pesquisa se propõe a analisar a eleição presidencial de 2022, sob a perspectiva da relação entre jornalismo cão de guarda e democracia, levantando o que a imprensa pautou sobre a relação entre mulheres e Bolsonaro, de agosto a outubro de 2022. Para isso, realizamos um levantamento e análise de conteúdo (Carlomagno; Rocha, 2016; Sampaio; Lycarião, 2018, 2021) da cobertura da grande imprensa, aqui representada pelos portais de notícias G1, Folha de S. Paulo e R7. A análise buscou revelar como essa imprensa noticiou a relação entre Bolsonaro e as mulheres na eleição presidencial de 2022, mostrando de que forma diferentes veículos trataram o tema e como isso dialoga com a discussão sobre jornalismo e seu papel de vigilância em relação às autoridades no Brasil e no mundo.

O artigo, na seção após esta Introdução, aborda os conflitos entre Jair Bolsonaro e a imprensa, especialmente com mulheres jornalistas. Ademais, analisa os ataques à imprensa e destaca a importância da função de cão de guarda do jornalismo, referenciando estudos anteriores e dados sobre a violência contra jornalistas. Ao final da seção, questionamos qual teria sido a resposta da imprensa aos ataques de Bolsonaro, propondo investigar se houve uma reação significativa durante a cobertura eleitoral de 2022.

Na seção seguinte, descrevemos a metodologia utilizada para coletar e analisar as matérias dos portais G1, R7 e Folha de S. Paulo. Em tal contexto, são elencados os critérios de inclusão e exclusão das matérias, as palavras-chave usadas nas buscas e o processo de análise de conteúdo. A seção subsequente apresenta os resultados dessa análise de conteúdo, destacando diferenças na cobertura e no desempenho da função de cão de guarda entre os portais analisados.

A seção denominada Discussão interpreta os resultados, comparando os achados com os de estudos anteriores. Já na seção conclusiva, avaliamos as implicações dos resultados para o papel de cão de guarda do jornalismo, contribuindo para o entendimento da relação entre imprensa, democracia e poder político no Brasil. Em tal contexto, destacam-se as dinâmicas de alinhamento e conflito que caracterizam a relação entre o sistema midiático e político do país ao longo de sua história, assim como nos últimos anos.

## Jornalismo, Misoginia e Democracia no Brasil sob Bolsonaro

As discussões sobre misoginia e conflitos com a imprensa, especialmente com mulheres jornalistas, atravessam a trajetória de Jair Bolsonaro, em seus quase 30 anos como deputado federal e nos quatro em que foi presidente da República.

Sobre tal período, Amorim (2021) aponta que o ex-presidente promoveu movimentos de deslegitimação e desqualificação do trabalho da imprensa, acusando jornalistas e empresas de perseguição, além de promover o desmonte da comunicação pública. Respalhando tal análise, dados do Relatório da Violência Contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil – 2022, lançado pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), em janeiro de 2023,<sup>11</sup> mostram que o número de ataques a jornalistas e a veículos de imprensa em 2022 chegou a 376, e o ex-presidente Jair Bolsonaro foi o principal agressor,

---

-distribuicao-gratuita-de-absorvente-a-mulheres-de-baixa-renda.shtml . Acesso em 11 abr. 2023.

9 'Bolsonaro critica distribuição de absorvente: 'Só menstruam no meu governo'.UOL. 25 nov. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/11/25/bolsonaro-absorvente-menstruacao.htm> . Acesso em 11 abr. 2023.

10 Após veto, Bolsonaro recua e anuncia distribuição gratuita de absorventes. G1. 08 mar. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/03/08/apos-veto-bolsonaro-recua-e-anuncia-distribuicao-gratuita-de-absorventes.ghtml> . Acesso em 11 abr. 2023.

11 Ataques diretos a jornalistas aumentaram em 2022, aponta Relatório da FENAJ. 30 jan. 2023. Disponível em: <https://fenaj.org.br/ataques-diretos-a-jornalistas-aumentaram-em-2022-aponta-relatorio-da-fenaj/> Acesso em 27 jun. 2024.

sendo responsável por 104 casos (27,66% do total). Segundo a Fenaj,<sup>12</sup> em 2022, Jair Bolsonaro, que era candidato à reeleição, reduziu os ataques à liberdade de imprensa: foram 43 casos a menos que em 2021 (147). Mas, de 2019 a 2022, Bolsonaro foi o principal agressor, de acordo com a Fenaj, com 570 ataques a veículos de comunicação e aos jornalistas, com uma média de 142,5 agressões por ano; um ataque a cada dois dias e meio (FENAJ, 2023).

De acordo com a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), os ataques à imprensa eram um método do governo Bolsonaro.<sup>13</sup> A instituição publicou o relatório Violência de Gênero contra Jornalistas, realizado em 2021, que traz um panorama da violência contra mulheres jornalistas e ataques a comunicadoras(es) no Brasil naquele ano. De acordo com o relatório, 127 jornalistas e meios de comunicação foram alvos de violência de gênero, sendo que mulheres jornalistas representam 91,3% das vítimas. Os principais agressores identificáveis foram homens, correspondendo a 95% dos abusos dentro e fora da internet.

## A reação da imprensa mediante o exercício da função de cão de guarda

Diante de tais ataques sistemáticos à imprensa e às mulheres por parte de Jair Bolsonaro, esse trabalho tem por interesse questionar em que medida esses ataques ensejaram uma reação ampla da imprensa brasileira na cobertura eleitoral de 2022, especificamente no que se refere às pautas que tratam das mulheres. Tal interesse parte da expectativa de que uma reação contundente seria esperada não apenas devido a um movimento de autoproteção das empresas jornalísticas e das próprias jornalistas, mas, fundamentalmente, à luz daquilo que a pesquisa especializada denomina de função de cão de guarda do jornalismo.

Acerca dessa perspectiva, Hellmueller et al. (2016) fazem um breve histórico sobre jornalismo cão de guarda e explicam que, nos anos 1960, com o contexto da Guerra do Vietnã e dos movimentos pelos direitos civis nos Estados Unidos, o termo passou a ser utilizado para se referir a reportagens aprofundadas e investigativas (Hellmueller et al., 2016). Em seguida, com o escândalo de Watergate, o conceito ganhou ainda mais força.

Maia (2006) considera que, mesmo quando a divulgação dos atos não geram investigação e punição, por exemplo, a imprensa tem a função de pautar a discussão e contribuir com o debate público sobre determinado tema. Marquez-Ramírez et al. (2020) também reforçam o papel do jornalismo cão de guarda para o funcionamento das democracias, já que atua fiscalizando “os poderes estabelecidos e no escrutínio do comportamento das elites” (Marquez-Ramírez et al., 2020, p. 54).

Considerando isso, Mellado (2015) explica que, sob a função de cão de guarda, o jornalista pode questionar a veracidade e a validade de atos e declarações, além de criticar e recorrer a fontes e instituições para confrontar informações.

Sob essa concepção, Márquez-Ramírez et al. (2020) analisaram 64 veículos de imprensa de 18 países, em que os mesmos tiveram cobertura de jornalismo cão de guarda classificada como intervencionista ou distanciada (*detached*). Entre os resultados, as pesquisadoras chegaram à conclusão que a abordagem intervencionista é mais comum em países com tradição de uma imprensa partidária ou que atravessam uma crise sociopolítica. Já a orientação *detached* predomina em países com a tradição

---

12 Relatório FENAJ 2022: Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2023/01/FENAJ-Relat%C3%B3rio-2022.pdf>. Acesso em 27 jun. 2024.

13 Ataque à imprensa é método no governo Bolsonaro, diz RSF. Abraji. 14, jul.2020. Disponível em: <https://www.abraji.org.br/noticias/ataque-a-imprensa-e-metodo-no-governo-bolsonaro-diz-rsf>. Acesso em 27 jun. 2024.

jornalística associada aos ideais de objetividade, que inclui o Brasil. Em países não democráticos, elas afirmam que a função de cão de guarda do jornalismo é quase inexistente. “No geral, o desempenho de uma forma destacada do papel de cão de guarda é significativamente maior do que um papel de cão de guarda intervencionista em todo o mundo” (Márquez-Ramírez et al., 2020, p. 63), com destaque na abordagem distanciada para a imprensa dos Estados Unidos e da Polônia, seguidos por Alemanha, Espanha, México, Argentina, Brasil, Grécia e Hungria.

Essa é uma discussão fundamental para este trabalho, já que iremos analisar a cobertura da relação entre Bolsonaro e as mulheres em três portais de notícias sob a perspectiva de sua função cão de guarda.

## Grupos Folha, Globo e Record

Os portais que serão analisados neste trabalho (Folha de S. Paulo, G1 e R7) fazem parte de três dos maiores conglomerados de mídia do país.

O primeiro deles é o Grupo Folha, responsável pelo jornal Folha de S. Paulo e pelo portal folha.com.br, além da agência de notícias Folhapress e do instituto de pesquisa Datafolha14. É um dos principais grupos de mídia do país e se define, em sua descrição institucional, como o “jornal mais influente do Brasil” que cresceu com base em quatro alicerces: “pluralismo, apartidarismo, jornalismo crítico e independência”. Em março de 2019, atualizou o Projeto Editorial e fez a divulgação no site com o título “Jornalismo profissional é antídoto para notícia falsa e intolerância”15 com 12 princípios “editoriais, políticos e éticos”.16

Já o Grupo Globo, responsável pelo portal de notícias G1, pela Rede Globo e por uma série de emissoras de rádio e TV por todo o país, teve, a partir dos anos 1960, um explícito alinhamento com os governos militares (Bonsanto, 2019; Porto et al., 2020), o que trouxe um forte crescimento para a sua rede de televisão recém inaugurada, “moldando a estrutura de um sistema midiático que perdura praticamente incólume até os dias de hoje” (Bonsanto, 2019, p. 477). Com a redemocratização, os posicionamentos políticos e editoriais da emissora têm se manifestado nas eleições presidenciais, como apontam Porto et al (2020).

Por fim, temos o Grupo Record, que tem como principais veículos a Record TV, a Record News e o portal R7. Curiosamente, o site não divulga quaisquer informações sobre o histórico ou os princípios jornalísticos, mas dá destaque à Igreja Universal do Reino de Deus no espaço institucional do grupo.17 Apesar da falta de transparência no que se refere ao jornalismo praticado, Porto et al. (2020) destacam que a TV Record, adquirida em 1989 pelo bispo Edir Macedo, líder da Igreja Universal, a partir de 2008 se consolida como a segunda maior rede de televisão no país, chegando a 17% da audiência nacional entre sete horas da manhã e meia noite.

Entre os acontecimentos recentes que marcaram o Grupo Record podemos citar a eleição presidencial de 2018 e o alinhamento dos veículos com a candidatura de Jair Bolsonaro. Um dos fatos mais marcantes dessa campanha é a entrevista concedida por Bolsonaro com exclusividade à Record TV no mesmo horário do debate promovido pela TV Globo.

Se, de um lado, temos a pacífica e gentil relação do governo Bolsonaro com a Record, de outro, temos reiterados ataques do presidente e de apoiadores aos veículos da Folha e da Globo. Segundo

14 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/institucional/>. Acesso em 27 jun. 2024.

15 Disponível em: <Disponível em: <http://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/sua-excelencia-o-consumidor-de-noticias.shtml>> Acesso em 27 jun. 2024.

16 Disponível em: <http://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/principios-editoriais.shtml>. Acesso em 27 jun. 2024.

17 Disponível em: <https://recordtv.r7.com/institucional>. Acesso em 27 jun. 2024.

Abranches (2019), além da Rede Globo, Bolsonaro adicionou “ao eixo do mal jornalístico” a Folha de S. Paulo. Em maio de 2020, por exemplo, tanto Folha de S. Paulo como as emissoras do Grupo Globo anunciaram a suspensão da cobertura no Palácio do Alvorada por falta de segurança dos jornalistas.<sup>18</sup>

De acordo com levantamento da revista Piauí, Bolsonaro atacou veículos do Grupo Globo em 45% das lives que fez entre março de 2019 a setembro de 2022. O segundo alvo preferencial foi a Folha de S. Paulo, criticada em 34% das lives nesse período.<sup>19</sup> Dados como esses são importantes para que possamos entender o contexto que cerca essa pesquisa que trata da eleição presidencial de 2022 e que analisa esses três portais, tema que será abordado a seguir.

## Problema de pesquisa

A proposta deste trabalho é analisar as matérias jornalísticas que tratavam das pautas sobre a relação entre Jair Bolsonaro e as mulheres, publicadas nos dois turnos da eleição, entre 16 de agosto a 30 de outubro de 2022. Almeja-se, com isso, investigar de que forma os portais escolhidos – G1, R7 e Folha de S. Paulo — pautaram esse tema: se deram visibilidade e de que forma se posicionaram ou não, se ofereceram um viés crítico à pauta e, em caso positivo, se isso foi feito mediante o uso de fontes ou apenas utilizando as declarações e atos do candidato, sem, portanto, promover uma discussão sobre o tema.

A escolha dos três portais é uma tentativa de analisar possíveis posicionamentos diferentes dos veículos, considerando que o Grupo Record esteve mais alinhado ao governo, enquanto os grupos Globo e Folha sofreram ataques do presidente e de seus apoiadores. Amorim (2021) mostra, por exemplo, que os dados da pesquisa A cara da democracia: eleições 2020, do Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação, revelam que os entrevistados que se informaram pelas TVs Record, Bandeirantes e SBT tinham uma tendência maior de avaliar o governo Bolsonaro como bom ou ótimo, o que não acontecia com os que assistiam à Globo. A autora também traz, em seu trabalho, dados do dossiê elaborado pela Organização Não Governamental Artigo 19 em 2020 sobre violações contra jornalistas durante os primeiros 20 meses do governo Bolsonaro. Os veículos nominalmente atacados foram Globo e suas afiliadas (114 vezes ou 25% dos casos), Folha de S. Paulo (56 vezes ou 12%) e O Estado de S. Paulo (22 vezes ou 5%). Ao mesmo tempo, “veículos que se pautaram por uma linha editorial ou cobertura mais próximos dos posicionamentos do presidente, como SBT e Record, foram mencionados de forma positiva e não violenta, apontados como exemplos de um bom jornalismo” (Amorim, 2021, p. 469).

Todos esses apontamentos nos motivam a formular o seguinte problema de pesquisa (PP):

*PP:* De que modo e com quais eventuais diferenças os portais do G1, R7 e da Folha de S. Paulo exerceram a função de cão de guarda ao cobrirem a relação entre Jair Bolsonaro e as mulheres nas eleições de 2022?

## Metodologia

Para responder a essa pergunta, utilizamos as ferramentas da análise de conteúdo (Carlomagno; Rocha, 2016; Sampaio; Lycarião, 2018, 2021), com o objetivo de testar os diferentes níveis de *accountability* exercidos pelos três portais de notícias selecionados no que se refere à relação entre Jair Bolsonaro e as mulheres na eleição presidencial de 2022. O período analisado é de 16 de agosto a 30 de outubro de 2022, durante os dois turnos da eleição presidencial. É importante destacar que, no caso dos portais G1 e R7,

---

18 FOLHA de S.Paulo' também deixará cobertura do Alvorada por falta de segurança. VALOR, 25 mai. 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/05/25/folha-de-spaulo-tambem-deixara-cobertura-do-alvorada-por-falta-de-seguranca.ghtml>. Acesso em 27 jun. 2024.

19 BOLSONARO atacou veículos do Grupo Globo em 4 a cada 10 lives. PIAUÍ, 30 set. 2022. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/bolsonaro-atacou-veiculos-do-grupo-globo-em-4-cada-10-lives/>. Acesso em 27 jun. 2024.

a origem das notícias pode vir dos vários veículos de cada grupo, e, no caso da Folha, pode ser da edição impressa, de agência de notícia ou de produção jornalística do próprio portal.

Para fazer esse levantamento, elegemos a busca por títulos e abres (linha fina) de matérias jornalísticas, não incluindo, portanto, editoriais e artigos de opinião, unindo palavras-chave que relacionem Bolsonaro às mulheres. Decidimos, por conta da relevância, considerar os blogs dos três portais que cobrem a área política. Após uma pré-análise dos três veículos de imprensa, foram considerados termos como mulher/es, meninas, e, por conta dos sucessivos episódios de ataques de Bolsonaro às mulheres jornalistas, esta pesquisa inseriu as expressões repórter, jornalista e apresentadora.

A busca prévia também mostrou a importância de temas como aborto e a política de distribuição de absorventes, que foram inseridos na busca. Além disso, inserimos o termo primeira-dama e os nomes Michelle e Damares, ministra do governo Bolsonaro. A partir desse levantamento inicial, excluímos matérias que não tratavam da campanha presidencial, como matérias relacionadas a disputas ao Senado e aos estados.

Quadro 1 – Critérios de inclusão e exclusão

<b>Critérios de inclusão</b>	<b>Critérios de exclusão</b>
<ul style="list-style-type: none"><li><input type="checkbox"/> Busca por títulos e abres de matérias jornalísticas;</li><li><input type="checkbox"/> Devem ser considerados os blogs de política dos três portais. No caso da FSP, considerar as colunas Mônica Bergamo e Painei;</li><li><input type="checkbox"/> Foram considerados termos como "mulher/es", "meninas", e, "repórter", "jornalista" e "apresentadora", além de temas como aborto, a política de distribuição de absorventes, "primeira-dama" e os nomes "Michelle" e "Damares".</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li><input type="checkbox"/> Devem ser excluídos editoriais e artigos de opinião;</li><li><input type="checkbox"/> Excluir matérias que não tratam da campanha presidencial, como matérias relacionadas a disputas ao Senado e aos estados;</li><li><input type="checkbox"/> Excluir conteúdos de colunas de comportamento e blogs de outras áreas que não tratem da cobertura política.</li></ul>

Fonte: Produzido pelos/as autores/as

No levantamento, chegamos a 37 matérias do G1, 22 do portal R7, das quais excluímos uma matéria pré-selecionada (B22) por se tratar da campanha de Damares Alves para o Senado. Já na Folha de S. Paulo, chegou-se a 62 matérias depois de excluirmos seis matérias pré-selecionadas por serem conteúdos oriundos de colunas de comportamento e de outras áreas.

Tabela 1 – Resultado da coleta

<b>Portais</b>	<b>Número de matérias</b>
G1	37
R7	22
Folha de S. Paulo	62

Fonte: Produzido pelos/as autores/as

Realizada essa primeira fase de busca e coleta das matérias, passamos a analisar o conteúdo das matérias selecionadas, de acordo com as categorias de análise.

Para isso, adotamos uma versão adaptada da metodologia utilizada por Márquez-Ramírez et al. (2020), em duas variações do papel de cão de guarda foram identificadas – distanciado e intervencionista. Para isso, três elementos principais são levados em conta: intensidade do escrutínio, a voz do escrutínio e a fonte do evento (Marquez-Ramírez et al., 2020). Novais (2022), que também utilizou essa metodologia para analisar a cobertura da extrema direita em Portugal, destaca:

Resumidamente, a lógica deles é a seguinte: quanto maior o nível de intensidade (variando de questionamento à crítica e denúncia), a presença da voz do jornalista na reportagem (em vez de uma terceira parte ou fonte), e a iniciativa do repórter em procurar e revelar exposições (com processos judiciais ou investigações externas) mais intervencionista é a forma de jornalismo de cão de guarda, e vice-versa (Novais, 2022, p. 322).

Seguindo essa lógica, temos, no Quadro 2, as categorias de análise, que serão aplicadas a todas as matérias de cada um dos três portais.

Quadro 2 – Categorias de análise

Indicadores
<p><b>Informações judiciais/processos administrativos</b> A notícia inclui informações sobre julgamentos, processos judiciais ou administrativos contra indivíduos ou grupos de poder. Exemplo: <b>A10: Ataque a jornalista desgasta Bolsonaro e vira problema na reta final da campanha</b> "O episódio envolvendo o deputado estadual e a jornalista Vera Magalhães virou, porém, dor de cabeça para os aliados do presidente. O Republicanos, partido de Douglas Garcia, chamou o parlamentar para dar explicações para avaliar se é um caso de punição, com possibilidade de expulsá-lo da legenda."</p>
<p><b>Questionamento de fontes</b> Questionamento de indivíduos ou grupos de poder por meio de citações, declarações e/ou opiniões dadas por alguém que não seja o jornalista. Exemplo: <b>C42: Senador aciona STF* após Bolsonaro dizer que 'pintou um clima' com meninas</b> "O caso é gravíssimo e necessita de explicações do presidente da República. Necessita que o presidente da República explique e responda o que quis dizer com 'pintou um clima'. Necessita o presidente da República responder, se se tratava de um caso de prostituição infanto-juvenil, por que, no exercício da Presidência, não tomou providências ou não denunciou para as autoridades competentes", diz Randolfe à coluna." *A categoria anterior sobre processos administrativos também foi considerada presente nessa matéria. Isso porque uma única notícia/matéria poderia apresentar mais de uma categoria ao mesmo tempo.</p>
<p><b>Críticas de fontes</b> A crítica é feita a indivíduos ou grupos de poder na forma de citações, declarações e/ou opiniões negativas dadas por alguém que não seja o jornalista. Exemplo: <b>C7: Debate teve falas misóginas e ausência de referência a mulheres negras, apontam especialistas</b> "Gabriela Souza, advogada e sócia da Escola Brasileira de Direitos das Mulheres, vai na mesma toada. 'Temos um candidato [Jair Bolsonaro] misógeno, que claramente despreza as mulheres, e é importante falar isso sem qualquer discurso ideológico político', afirma."</p>
<p><b>Denúncia de fontes</b> Citações e/ou depoimentos são fornecidos por outras pessoas que não o jornalista, que dão conta, acusam ou evidenciam algo oculto, não apenas ilegal, mas também irregular ou inconveniente, em relação a indivíduos ou grupos de poder. Exemplo: <b>A37: Prazo para Ministério dar detalhes ao MPF após fala de Damares sobre supostas torturas contra crianças no Marajó termina nesta segunda</b> "Após as declarações, o MPF cobrou informações ao MMFDH e quais ações foram tomadas. A pasta informou em nota à imprensa que as informações de Damares eram baseadas em 'numerosos inquéritos já instaurados que dão conta de uma série de fatos gravíssimos praticados contra crianças e adolescentes'. No entanto, o Ministério Público Federal do Pará alega que 'nos últimos 30 anos, nenhuma denúncia ao MPF sobre tráfico de crianças no Marajó mencionou torturas citadas por Damares'. A Polícia Civil do Pará também informou que não há investigações relacionadas às denúncias."</p>
<p><b>Investigação externa</b> A notícia inclui investigações que não foram realizadas pelo jornalista – como pesquisas judiciais, administrativas, especializadas/acadêmicas, entre outras – mas que ele cobre extensivamente. Exemplo: <b>A1: Líderes nas pesquisas cometem erros, e mulheres ganham protagonismo no 1º debate</b> "Tanto na avaliação de integrantes das campanhas, quanto em diferentes grupos de eleitores indecisos que estavam sendo monitorados, as duas candidatas mulheres, Simone Tebet (MDB) e Soraya Thronicke (União), conseguiram se destacar no primeiro debate presidencial, realizado neste domingo (29)."</p>

<p><b>Questionamento do jornalista</b> Por meio de depoimentos e/ou opiniões, o jornalista questiona a validade ou veracidade do que os indivíduos ou grupos no poder dizem ou fazem. <b>Exemplo: B1: Bolsonaro fala sobre políticas para as mulheres e resistência do eleitorado feminino</b> Vídeo: "Eduardo Ribeiro [entrevistador] cita o argumento de adversários de Jair Bolsonaro de que o candidato à reeleição pelo PL não valoriza as mulheres e não produz políticas públicas para essa parcela da população. Veja o que Bolsonaro falou sobre o tema durante a sabatina do Jornal da Record."</p>
<p><b>Críticas do jornalista</b> O jornalista faz uma afirmação ou referência em que julga ou condena negativamente o que os indivíduos ou grupos no poder dizem ou fazem. <b>Exemplo: A23: Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa do DF pede proteção para adolescentes venezuelanas após fala de Bolsonaro</b> "Em sua live, o presidente não explicou o que quis dizer quando usou a expressão "pintou um clima", nem disse se informou para alguma autoridade sobre a situação que presenciou na casa em que estavam as adolescentes."</p>
<p><b>Denúncia do jornalista</b> O jornalista faz uma afirmação ou referência em que acusa ou evidencia algo oculto, não apenas ilegal, mas também irregular ou inconveniente em relação a indivíduos ou grupos de poder. <b>Exemplo: C30: Governo não é autor de projetos sobre mulheres sancionados por Bolsonaro e citados na campanha</b> "Uma das frases que o presidente Jair Bolsonaro (PL) tem repetido com frequência na reta final da campanha é que sancionou mais de 70 projetos em defesa das mulheres. O número, contudo, omite o fato de o governo ter sido o autor de apenas uma proposta da lista usada pelo mandatário. Há ainda textos contabilizados que não tratam de políticas para mulheres."</p>
<p><b>Relatório de conflito</b> O jornalista invoca uma fonte, uma instituição ou um indivíduo de uma esfera de poder como oponente. <b>Exemplo: A17: Bolsonaro faz live na madrugada para se defender após frase sobre meninas venezuelanas</b> "Ao longo dos 22 minutos da transmissão da visita, Bolsonaro não falou em prostituição. O presidente criticou o isolamento social decorrente da pandemia, perguntou sobre as condições de vida e também atacou governadores e a ditadura venezuelana. Pedidos à PGR e ao STF Neste sábado (15), as declarações de Bolsonaro ao podcast repercutiram nas redes sociais e foram criticadas por políticos da oposição. O deputado federal eleito Guilherme Boulos (PSOL-SP) disse que o presidente é "asqueroso e pervertido" e questionou: "Esse é o candidato que diz defender a moral e a família?"."</p>

Fonte: Produzido pelos/as autores/as com base em Marquez-Ramírez et al. (2020)

Para garantir a confiabilidade desta pesquisa, foram realizadas duas análises de conteúdo. A primeira foi realizada entre agosto e setembro de 2023, com checagem dos resultados realizada após um mês, como recomendam Sampaio e Lycarião (2021), já que a codificação foi feita por uma única pessoa. É fundamental ressaltar que, entre as duas análises, foram feitos ajustes no Livro de Códigos. Um deles foi explicitar a necessidade de exclusão de matérias que tratam de temas não relativos à eleição presidencial, assim como de colunas que não cobrem a área política, o que rendeu a exclusão de sete matérias durante a checagem.

Outro ponto relevante do processo de análise é que, dada a dificuldade para determinar qual a fronteira entre questionamento e crítica (tanto de fontes como do jornalista), decidimos, com base no Livro de Códigos do JRP Project, que, para ser considerado questionamento, é necessário que haja menção explícita na matéria. Quanto às críticas, vale destacar que elas podem vir em qualquer parte da matéria, incluindo legendas, infográficos e vídeos. Essas observações se justificam pelo fato de que esses foram os principais pontos de discordância entre as duas análises, mas que foram devidamente sanadas com a adoção desses critérios. Além disso, matérias que tratam de pesquisa eleitoral foram classificadas com a presença de investigação externa.

Todo o processo e documentação da análise (incluindo livro de códigos e as planilhas com a codificação de cada portal) está pública e anonimamente disponível no material complementar desta

pesquisa. Esse material suplementar pode ser acessado livremente (sem necessidade de cadastro ou pagamento) no link a seguir: <https://figshare.com/s/e4d4931ff49367a41f7d>.

## Resultados

Para analisar a relação entre Bolsonaro e as mulheres na campanha presidencial de 2022 elegemos portais de três grandes conglomerados de comunicação do país: Grupo Globo, Grupo Record e Folha de S. Paulo. Após aplicar todos os critérios de inclusão e exclusão descritos no Livro de Códigos, chegamos ao total de 121 matérias, sendo 37 do G1, 22 do R7 e 62 da Folha de S. Paulo.

Os dados mostram um primeiro grande destaque que é a discrepância do resultado do portal R7 em relação aos demais. O número reduzido de matérias (n=22) já denota a baixa prioridade dada à pauta que relaciona Jair Bolsonaro às mulheres. Em segundo lugar no volume de cobertura temos o G1, com 37 matérias. Já a Folha de S. Paulo tem quase o triplo da quantidade de matérias do R7.

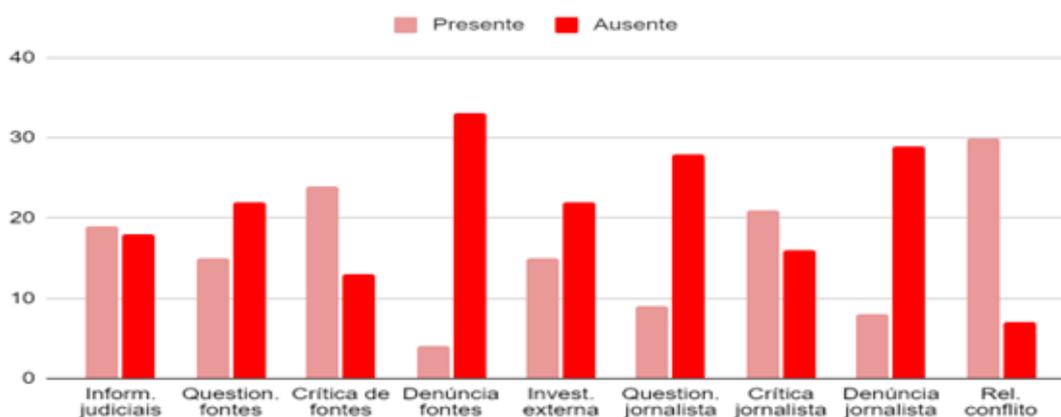
### G1

Os resultados do G1, sintetizado no Infográfico 1, têm como destaques o uso de relatório de conflito (81,1% das matérias) e críticas das fontes (64,86%). Em mais da metade das matérias também encontramos informações judiciais ou de processos administrativos (51,35%). O recurso da denúncia foi o menos utilizado pelo veículo, com 10,81% no caso das fontes. Em relação à voz do jornalista nas matérias, temos resultados relevantes em: crítica do jornalista em mais da metade das matérias (56,75%), questionamento do jornalista (24,32%) e denúncia do jornalista (21,62%).

Com os resultados, podemos destacar que o G1 deu visibilidade para a pauta que trata da relação entre Bolsonaro e o eleitorado feminino, teve preocupação com o contraponto nas matérias e, em alguns casos, há crítica explícita já no título. Como exemplos temos: “‘Tática clássica do machismo’, afirma Sadi sobre comparação de Bolsonaro entre primeiras-damas”; “Bolsonaro dá a senha para que homens ataquem mulheres, diz antropóloga Isabela Kalil”; e “Declaração sobre venezuelanas desgasta Bolsonaro e dá votos a Lula, dizem petistas e bolsonaristas”.

A estratégia de utilizar a imagem de Michelle Bolsonaro para atrair mais votos femininos também virou pauta no G1. Entre os exemplos temos as matérias A12 (“Comitê de Bolsonaro cria núcleo para tentar conter rejeição entre mulheres; Michelle coordenará”) e A14 (“Michelle viaja a mais estados do que Bolsonaro e foca no Norte e Nordeste”). Na A24 (“Bolsonaro agora nega prostituição em casa de meninas venezuelanas e, ao lado de Michelle, diz que mulheres do local eram trabalhadoras”), que trata da crise desencadeada pela fala sobre as venezuelanas, temos esse enfoque já no título. Na A30 (“Caso Roberto Jefferson: campanha de Bolsonaro teme perder votos de mulheres”), também fica evidente a preocupação com o voto das mulheres.

Infográfico 1 – Resultados do G1



Fonte: Produzido pelos/as autores/as

## R7

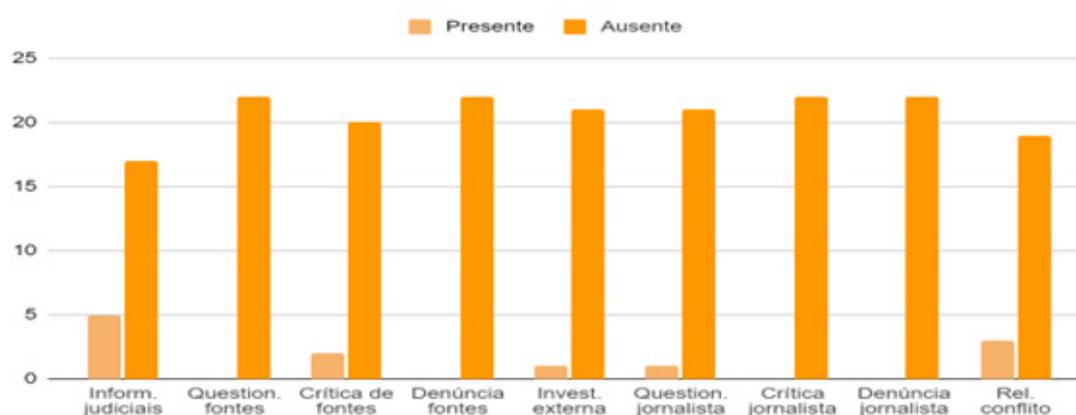
Entre os resultados da análise das matérias do portal R7, temos um bastante relevante: em quatro das nove categorias de análise (questionamento de fontes, denúncia de fontes, crítica do jornalista e denúncia do jornalista) não há presença desses indicadores nas matérias coletadas (ver Infográfico 2). Em outras duas categorias (investigação externa e questionamento do jornalista) existe apenas uma incidência de matéria em cada uma. Ademais, no R7, temos o predomínio de matérias muito curtas e declaratórias, sendo a maioria sem contraponto ou qualquer outra informação que enriqueça a publicação.

O viés positivo adotado, assim como tamanho reduzido das matérias e a escolha das imagens para ilustrá-las, também é ponto de destaque do R7. Isso porque a maioria das matérias assume o ponto de vista da campanha de Bolsonaro ou é relatorial, sem outras vozes. Na matéria cujo título é “Michelle e Damares se reúnem com venezuelanas citadas por Bolsonaro”, vale ressaltar a escolha da palavra citadas e do abre que diz: “Encontro, que ocorreu nesta segunda-feira (17), durou mais de uma hora; ‘O objetivo é acolher, é abraçá-las’, disse a senadora eleita”. Em nenhum momento da matéria há menção sobre a repercussão negativa do tema e sobre os pedidos de investigações de diversos atores políticos, noticiados nos outros veículos.

Outro dado observado na análise do portal do Grupo Record é a presença de pautas que tratam de agressões sofridas apenas por apoiadores de Bolsonaro. Entre elas temos: “Homem atira contra igreja antes de evento com Michelle Bolsonaro”; “Michelle Bolsonaro chora ao contar que filha foi xingada por colegas”; e “Yudi declara voto em Bolsonaro, é perseguido por haters e recebe apoio da primeira-dama”.

No caso de matérias que falam de processos judiciais, há um viés positivo para a campanha de Bolsonaro, como em “Moraes proíbe PT de usar vídeos que associam indevidamente Bolsonaro à pedofilia”. Vale destacar o uso do termo indevidamente já no título. Outro fato é que, em várias matérias, o portal não utiliza o nome da coligação de Lula, mas usa PT, assumindo o discurso bolsonarista.

Infográfico 2 – Resultados do R7



Fonte: Produzido pelos/as autores/as

## FSP

Por fim, o portal da Folha de S. Paulo foi o líder no número de matérias (n=62) e, na análise de conteúdo, destacou-se, conforme o Gráfico 3, pelo uso de relatório de conflito (59,67%) e crítica de fontes (56,45%). As críticas do jornalista também são destaque no levantamento da Folha, com 43,54%. Investigação externa apareceu em 38,70% e informações judiciais e processos administrativos em 32,25% das matérias. A categoria que mede o uso de denúncias foi o mais baixo observado no portal, com 8,06% de fontes e 6,45% dos jornalistas.

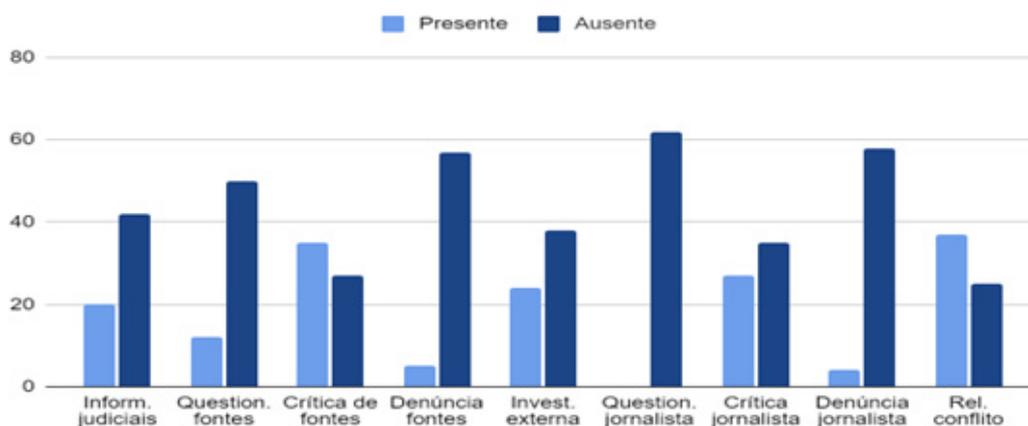
Dentre os títulos que demonstram a postura crítica do veículo, temos: C15 “Bolsonaro faz piada machista e diz que notícia boa para mulher é beijinho e presente” (categoria codificada no título: crítica do jornalista); C30 “Governo não é autor de projetos sobre mulheres sancionados por Bolsonaro e citados na campanha” (categoria codificada no título: denúncia do jornalista); C33 “Governo Bolsonaro corta verba de ações para mulheres em até 99% no Orçamento de 2023” (categoria codificada título: denúncia do jornalista); enquanto na C40 (“Venezuelana refuta fala de Bolsonaro e diz que casa abrigava ação social”) temos denúncia de fonte, já que a venezuelana ouvida na matéria desmente a versão dada por Bolsonaro.

Para ilustrar como a análise de conteúdo identificou diversas categorias em uma só matéria, temos a C3 cujo título é “Bolsonaro ataca a jornalista Vera Magalhães e Tebet e diz que são uma vergonha; veja vídeo”. A matéria foi classificada, por exemplo, com a presença de crítica do jornalista, crítica de fontes e questionamento de fontes. Esta última é encontrada no seguinte trecho da referida matéria: “No último bloco do debate, quando candidatos puderam fazer perguntas para os seus adversários, Tebet questionou o presidente por que ele tinha ‘tanta raiva das mulheres’”.

Em relação às pautas que tratam da estratégia de colocar Michelle e Damares na linha de frente da campanha de Bolsonaro, como na C36 (“Bolsonaro escala Michelle e Damares para tentar reduzir rejeição feminina”), não há nenhuma menção a processos ou episódios que possam tentar explicar essa rejeição das eleitoras.

O mesmo acontece na C57 (“‘Não olhe para meu marido, olhe para mim que sou uma serva do Senhor’, diz Michelle a evangélicas”), que é bastante relatorial, com exceção do parágrafo em que o jornalista corrige Michelle na matéria: “[...] e ignorando outras que a antecederam, afirmou que o Brasil nunca teve ‘uma primeira-dama atuante’ antes. A antropóloga Ruth Cardoso, esposa de Fernando Henrique Cardoso, engajou-se em políticas sociais, por exemplo”.

Infográfico 3 – Resultados da FSP



Fonte: Produzido pelos/as autores/as

Considerando os dados levantados nos três portais, temos o G1 com os maiores percentuais em todas as categorias analisadas: informações judiciais (51,35%), questionamento de fontes (40,54%), crítica de fontes (64,86%), denúncia de fontes (10,81%), investigação externa (40,54%), questionamento do jornalista (24,32%), crítica do jornalista (56,75%), denúncia do jornalista (21,62%) e relatório de conflito (81,1%). Assim, os dados da cobertura da eleição de 2022 mostram que o portal do Grupo Globo foi o que mais usou todos os recursos disponíveis de vigilância. No entanto, se considerarmos o número absoluto de matérias, temos, por exemplo, 27 matérias com críticas do jornalista e 35 com crítica de fontes na Folha de S. Paulo, números superiores aos 21 e 24 do G1, respectivamente.

Importante notar que o caso das venezuelanas foi o que rendeu o maior número de matérias na Folha (16) – assim como no G1 (13). Como desdobramento desse caso, Martins (2023) destaca que o Observatório das Eleições registrou a discussão que associava o então presidente à pedofilia. “A questão veio à tona a partir de uma fala do próprio Bolsonaro, que disse que “pintou um clima” entre ele e garotas venezuelanas, as quais o presidente associou à prostituição” (Martins, 2023, p. 114). A autora, que monitorou as menções ao tema no Twitter, no Facebook, no Instagram, no YouTube e em grupos bolsonaristas no WhatsApp, entre os dias 14 e 18 de outubro, mostra que a discussão foi além das redes do campo lulista e alcançou o campo bolsonarista, que se viu na obrigação de responder. Isso teria freado a produção de “mais ações de desinformação por parte do bolsonarismo, que teve de suspender a artilharia para dar respostas”. (Martins, 2023, p. 117).

## Discussão

Este trabalho partiu da seguinte pergunta de pesquisa (PP): de que modo e com quais eventuais diferenças os portais do G1, R7 e da Folha de S. Paulo exerceram a função de cão de guarda ao cobrirem a relação de Jair Bolsonaro e as mulheres nas eleições de 2022? Para responder essa pergunta, foram analisados os portais Folha de S. Paulo, G1 e R7, de três dos maiores conglomerados de mídia do país: Grupo Folha, Grupo Globo e Grupo Record. Levantamos e coletamos as notícias publicadas em seus respectivos portais entre 16 de agosto e 30 de outubro de 2022, período oficial de campanha, nos três portais.

Com o conteúdo coletado, passamos a analisar as matérias sob a perspectiva do jornalismo cão de guarda, ou seja, observando se houve questionamentos, críticas, denúncias e investigações com o propósito de defender o interesse público (Hellmueller et al., 2016; Maia, 2006; Marquez-Ramírez et al., 2020; Mellado, 2015). Para isso, adaptamos a metodologia de Marquez-Ramírez et al. (2020) e analisamos

a presença ou ausência dos seguintes indicadores nas matérias: informações judiciais/processos administrativos; questionamento de fontes, críticas de fontes; denúncia de fontes; investigação externa; questionamento do jornalista; críticas do jornalista; denúncia do jornalista; e relatório de conflito.

Os resultados descritos na seção anterior mostram que os diferentes veículos da imprensa analisados exerceram o papel de cão de guarda, ao cobrir a postura de Bolsonaro em relação a temas vinculados às mulheres, de maneira notadamente desigual.

Os resultados da análise de conteúdo indicaram uma tímida vigilância por parte do R7. O portal, de fato, apresentou os menores índices e registrou a ausência de quatro dos nove indicadores. O baixo número de matérias somado à ausência de contraponto e à adoção de um discurso favorável à campanha de Jair Bolsonaro nos leva a questionar se é sequer possível apontar a função de cão de guarda nesse veículo.

Já no caso do G1 e da Folha de S. Paulo, temos a caracterização do jornalismo cão de guarda distanciado, com o uso maior de críticas e de questionamentos, principalmente de fontes. No entanto, vale ressaltar o percentual de 56,75% de presença de críticas dos jornalistas nas matérias do G1, dado que demonstra um perfil mais intervencionista da função de cão de guarda.

Para Marquez-Ramírez et al. (2020), práticas rotineiras do jornalismo, como críticas e questionamentos, já demonstram algum grau de monitoramento e vigilância. Para as autoras, “o escrutínio nem sempre gera responsabilidade real, mas um cão de guarda parcial, tímido ou partidário ainda é melhor do que nenhum cão de guarda” (Marquez-Ramírez, 2020, p. 70).

Em relação aos resultados de Marquez-Ramírez et al. (2020), os dados da eleição de 2022 confirmam que o papel de cão de guarda do jornalismo praticado no Brasil é, em maior medida, do tipo distanciado e, portanto, significativamente mais frequente que a forma intervencionista. Isso significa, por exemplo, que a função de vigilância é mais comum com o uso da voz de terceiros e menos com a voz do próprio jornalista. Já no caso da intensidade do escrutínio, tem-se mais questionamentos e críticas e, por último, denúncias.

Nos três portais analisados, também temos uma forte presença de relatório de conflito – que consiste no uso de uma fonte, uma instituição ou um indivíduo de uma esfera de poder como oponente – no G1 (81,1%) e na Folha de S. Paulo (59,67%). No R7, o percentual foi de apenas 13,63%. A presença de questionamento e de crítica de fontes também são altos no G1 e na Folha e superam em muito o percentual de denúncias, confirmando a abordagem distanciada do jornalismo cão de guarda praticada no Brasil (Marquez-Ramírez et al., 2020). Já o R7, como citamos, é um caso à parte por ter um baixo percentual em todos os indicadores.

Os resultados deste trabalho devem levar em conta, tal como discutido nas primeiras seções do artigo, que, entre 2019 e 2022, os veículos do Grupo Record adotaram uma postura alinhada a Bolsonaro, enquanto os outros dois grupos tiveram uma relação conflituosa com o governo federal.

## Considerações finais

A realização da presente pesquisa tem como pano de fundo a discussão sobre qual seria o papel do jornalismo na defesa da democracia em um contexto em que discursos extremistas e violentos saem das margens da esfera pública e passam a ser proferidos por autoridades centrais do sistema político. Marques (2023), a esse respeito, destaca que profissionais e estudiosos têm questionado se alguns valores normativos do jornalismo, tais como a imparcialidade e a objetividade, adequam-se ao ambiente desafiador em questão.

Tais questionamentos reforçam a necessidade de se avaliar como diferentes veículos jornalísticos têm atuado ou deixado de atuar no escrutínio acerca de declarações, comportamentos e ações por parte de autoridades, especialmente aquelas que atacam a dignidade de segmentos sociais historicamente

desfavorecidos. Tendo isso em vista, decidimos avaliar como diferentes veículos da imprensa brasileira atuaram em função do seu papel de cão de guarda. Mais especificamente, observamos como G1, FSP e R7 atuaram no escrutínio da principal autoridade pública à época, o então presidente Jair Bolsonaro, no contexto das eleições de 2022, no que se refere a tematizações sobre as mulheres.

Tal como relatado nas seções anteriores, observamos que esse desempenho foi bastante desigual, tendo no portal R7 um tipo de atuação que se mostrou refratária àquilo que se esperaria de um jornalismo vigilante e combativo aos desvios de conduta por parte das autoridades públicas. Considerando o conjunto dos dados, chegamos à conclusão de que o veículo foi além do jornalismo relatorial, uma vez que assumiu a defesa da campanha de Bolsonaro. Em algumas matérias, inclusive, é difícil identificar a função de cão de guarda, tamanho o alinhamento com o discurso do ex-presidente.

Como lembra Albuquerque, (2022), o papel de cão de guarda é o de expor os abusos cometidos por agentes do Estado e por detentores de poder, mas há casos em que essa função é inibida a tal ponto que chega a “desempenhar um papel de ‘cão de colo’ (lapdog) em relação aos poderosos” (Albuquerque, 2022, p. 188).

Expectativas mais exigentes em relação à função de cão de guarda foram efetivamente contempladas pela FSP e pelo G1. Enquanto aquele apresentou alto volume de matérias no geral, muitas das quais com críticas de fontes, este, apesar de ter apresentado uma quantidade menor de notícias, mostrou-se, por outro lado, mais intervencionista, com mais críticas e questionamentos por parte das jornalistas. Daí que se pode dizer que, enquanto o R7 se mostrou um veículo alinhado ao governo de plantão, G1 e FSP se mostraram mais responsivos às expectativas de defesa de grupos historicamente desfavorecidos e, no limite, mais responsivos à defesa da democracia.

Dito isso, deve-se destacar que as observações desta pesquisa estão circunscritas a um momento e período específicos da relação entre imprensa e poder no Brasil. Um momento que, em linha com que argumenta Albuquerque (2012), coloca, mais uma vez, em dúvida a validade e a pertinência de padrões estáveis acerca da relação entre imprensa e poder político no país. Afinal, se há algo recorrente nessa relação é um tipo de instabilidade caracterizado por um rearranjo constante do alinhamento entre os agentes do sistema mediático com os do sistema político. Um tipo de rearranjo constante que, como o próprio autor argumenta em outro trabalho (2019), contribui, em alguns momentos, por fragilizar a própria democracia.

Justamente dada essa instabilidade, questiona-se até que ponto os resultados aqui encontrados – parcialmente consonantes com os de Porto, Lima e Neves (2020) – são capazes de apontar para uma eventual emergência de “uma nova forma de paralelismo político<sup>20</sup> no Brasil” (Porto et al., 2020, p.5). Dado o histórico antipetista e de defesa dos interesses econômicos das elites econômicas por parte da imprensa brasileira (Azevedo, 2023), o fato de parte dessa mesma imprensa ter exercido papel de cão de guarda em relação a declarações e ações misóginas do mandatário de extrema-direita, em 2022, não resolve o problema histórico do baixo nível de pluralismo externo do sistema midiático brasileiro, herdado do regime autoritário de 1964-1984 (Albuquerque, 2022).<sup>21</sup>

Assim, o panorama mais amplo revela um sistema de mídia que, ao invés de incorporar perspectivas historicamente silenciadas pela ditadura cívico-militar, está ampliando sua pluralidade externa de modo a abrigar, resgatar e fortalecer visões de mundo reacionárias e autoritárias que visam, em última análise,

---

20 Segundo Hallin e Mancini (2004), o paralelismo político se refere ao grau com que os meios de comunicação estão alinhados ou vinculados a forças políticas, como partidos, ideologias ou movimentos sociais. Em sistemas com alto paralelismo político, os veículos de mídia frequentemente expressam explicitamente visões políticas, defendem agendas partidárias ou são diretamente ligados a grupos políticos.

21 O conceito de pluralismo externo apresentado por Hallin e Mancini (2004) se refere à diversidade ideológica ou política que existe entre diferentes veículos de mídia dentro de um sistema mediático. Esse pluralismo é caracterizado por um cenário no qual os diferentes veículos representam explicitamente diferentes pontos de vista, geralmente associados a partidos políticos, movimentos sociais ou ideologias específicas.

estabelecer um regime iliberal no país. Como observado neste estudo e em anteriores, o Grupo Record é um dos mais notórios nesse movimento da expansão de mídias alinhadas à extrema-direita no país, mas certamente conta com outros atores relevantes e ainda mais alinhados, advindos tanto da imprensa tradicional (e.g. Chagas; Da Cruz, 2022; Tavares, 2020) quanto dos nativos digitais (Bonsanto, 2021).

Essa clara orientação advocatícia dos veículos em questão fornece subsídios para a análise de Lycarião, Magalhães e Albuquerque (2018) de que as transformações estruturais no mercado jornalístico em curso estão favorecendo um padrão de jornalismo cada vez mais distante do modelo de jornalismo independente (marcado pela objetividade e independência editorial). Isso aponta, portanto, para um cenário mais favorável às formas do jornalismo advocatício, em que as dimensões opinativas e ideológicas se sobressaem às informativas (Lycarião & Maia, 2015).

Contudo, o que esta pesquisa e outras anteriormente mencionadas (Bonsanto, 2021; Chagas; Da Cruz, 2022; Tavares, 2020) têm revelado é que o tipo de jornalismo advocatício que tem se fortalecido é justamente aquele de viés iliberal. Daí que se compreende não ser concebível que mudanças estruturais no nível de pluralismo externo e no nível de *accountability* ocorram no sistema de mídia brasileiro sem políticas públicas e marcos regulatórios adequados. Políticas e marcos esses que possam, por um lado, oferecer opções de informação e entretenimento efetivamente plurais e de qualidade e, por outro, reduzam os incentivos à exploração predatória desse mercado que, como observado, acabam por resgatar e reforçar visões de mundo misóginas e autoritárias.

## Referências

ABRANCHES, Sérgio. **Democracia em risco?** 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALBUQUERQUE, Afonso de. O paralelismo político em questão. **Revista Compólitica**, v. 2, n. 1, p. 5-28, 2012.

ALBUQUERQUE, Afonso de. **A modernização autoritária do jornalismo no Brasil (1950-2020)**. Curitiba: Appris, 2022.

ALBUQUERQUE, Afonso de. Protecting democracy or conspiring against it? Media and politics in Latin America: A glimpse from Brazil. **Journalism**, v. 20, n. 7, p. 906-923, 2019.

AMORIM, Ana Paola. A imprensa no governo Bolsonaro sob os ataques à liberdade de expressão. In: AVRITZER, Leonardo.; KERCHE, Fábio.; MARONA, Marjorie. (Orgs.). **Governo Bolsonaro: Retrocesso democrático e degradação política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **A grande imprensa e o PT (1989-2014)**. EdUFSCar, São Carlos, 2023.

BITTENCOURT, Maria Clara Aquino. A construção da figura política de Bolsonaro no El País: um exercício metodológico para análise sobre produção de sentido no jornalismo. São Paulo: **Galáxia**, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-25532020143054>. Acesso em: ago. 2023.

BONSANTO, André. B. Da modernização à autoridade: a grande imprensa brasileira, entre a ditadura e a democracia – Folha de S. Paulo e O Globo, 1964-2014. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 25, nº 3, set.-dez., 2019.

BONSANTO, André. Narrativas “historiográfico-midiáticas” na era da pós-verdade: Brasil Paralelo e o revisionismo histórico para além das fake news. **Liinc em Revista**, v. 17, n. 1, 2021.

CARLOMAGNO, Márcio C.; ROCHA, Leonardo C. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, vol. 7, n. 1, 2016.

CHAGAS, Luãn; DA CRUZ, Marcio Camilo. Rádio que virou partido: jornalismo declaratório e passividade na

cobertura eleitoral do Jornal da Manhã da Jovem Pan. **Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora**, v. 13, n. 2, p. 33-52, 2022.

HALLIN, Daniel C; MANCINI, Paolo. **Comparing media systems**: Three models of media and politics. Cambridge University Press, Cambridge, 2004.

HELLMUELLER, Lea et al. Contextualização dos papéis jornalísticos cívicos e do cão guardião: reavaliação do desempenho do papel jornalístico nos jornais estadunidenses. **Palavra Chave**, v. 19, n. 4, p. 1072-1100, 2016.

LYCARIÃO, Diógenes; MAIA, Rousiley. A COP-15 sob holofotes mediáticos: modos e níveis de intervenção política do jornalismo no sistema de mídia brasileiro. **E-Compós**, [S. l.], v. 18, n. 1, 2015.

LYCARIÃO, Diógenes; MAGALHÃES, Eleonora; ALBUQUERQUE, Afonso. Noticiário “objetivo” em liquidação: a decadência do padrão “catch-all” na mídia comercial. **Revista Famecos**, v. 25, n. 2, 2018.

MAIA, Rousiley. Mídia e diferentes dimensões da Accountability. **E-Compós (Brasília)**, v. 7, p. 1-27, 2006.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil. Populism and critical incidents in journalism: has Bolsonaro disrupted the mainstream press in Brazil?. **The International Journal of Press/Politics**, v. 29, n. 4, p. 825-846, 2024.

MARQUEZ-RAMIREZ, Mireya; MELLADO, Claudia; HUMANES, María Luisa; AMADO, Adriana; BECK, Daniel; DAVYDOV, Sergey; MICK, Jacques; MOTHE, Cornelia; OLIVERA, Dasniel; PANAGIOTU, Nikos; ROSES, Sergio; SILKE, Henry; SPARKS, Colin; STEPINSKA, Agnieszka; SZABÓ, Gabriella; TANDOC, Edson Jr; WANG, Haiyan. Detached or Interventionist? Comparing the Performance of Watchdog Journalism in Transitional, Advanced and Non-democratic Countries. **The International Journal of Press/Politics**, v. 25, n. 1, p. 53-75. 2020.

MARTINS, Helena. A disputa na internet: plataformas, desinformação e impactos na democracia. In: AVRITZER, Leonardo; SANTANA, Eliara; BRAGATTO, Rachel Callai. (Orgs.) **Eleições 2022 e a reconstrução da democracia no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

MELLADO, Claudia. Professional roles in news content: Six dimensions of journalistic role performance. **Journalism Studies**, v. 16, n. 4, p. 596–614. 2015.

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita**: Uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

NOVAIS, Rui Alexandre. WATCHDOGGING POPULISM: journalistic roles conception, performance and negotiation in reporting the far-right in Portugal. **Brazilian journalism research**, v. 18, n. 2, p. 316-349, 2022.

PORTO, Mauro.; NEVES, Danile.; LIMA, Bárbara. Crise hegemônica, ascensão da extrema direita e paralelismo político: Globo e Record nas eleições presidenciais de 2018. **Revista Compolítica**, v. 10, n.1, p.05-34, jan-mar. 2020.

SAMPAIO, Rafael; LYCARIÃO, Diógenes. Eu quero acreditar! Da importância, formas de uso e limites dos testes de confiabilidade na análise de conteúdo. **Sociologia e Política**. v. 26, n. 66, jun. 2018. p. 31-47.

SAMPAIO, Rafael.; LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial**: manual de aplicação. Brasília: Enap, 2021.

TAVARES, Camilla Quesada. Do jornalismo informativo ao de posição: a “guinada à direita” do jornal Gazeta do Povo. **Mídia e Cotidiano**, v. 14, n. 3, p. 118-136, 2020.

---

Wania Caldas é jornalista e mestra em Comunicação (PPGCOM - UFC). Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; codificação e interpretação

dos dados; apoio na revisão de texto; redação do manuscrito e revisão da versão em língua estrangeira.

---

Diógenes Lycarião é Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (UFMG) e Coordenador de Divulgação Científica do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Disputas e Soberanias Informacionais (INCT/DSI). Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; apoio na revisão de texto; redação do manuscrito, redação e revisão da versão em língua estrangeira.

---

Esta pesquisa foi financiada pelo CNPq (406504/2022-9) e pela Funcap (PRH-0212-00069.01.00/23).